Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024)

Audiência Pública | Repercussão sobre o Setor da Saúde

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do

12 de novembro de 2024









PLP 68/2024: a inclusão dos medicamentos na reforma tributária

- O texto garantiu automaticidade (exclusão da necessidade de atualização de listas positivas) e isonomia tributária (mesmo tratamento a todos os medicamentos registrados na Anvisa).
- Desoneração de bens essenciais à saúde e garantia de que o SUS também não tivesse maiores custos na aquisição de medicamentos.
- Redução de 60%: para todos os medicamentos, exceto os listados no anexo XIV com redução de 100%.

Números totais da indústria farmacêutica no **Brasil**





Valor da Transformação Industrial



(Farmacêutica, PIA empresa, 2020)

+ de R\$

Arrecadação thibutária em 2020



(exceto receitas previdenciárias)

(Farmacêutica e farmoquímico, PIA empresa)



Nalor Bruto da Produção

(Farmacêutica, PIA empresa, 2020)



+ 93 mil

Empregos formais diretos em 2021 (RAIS - Farmacêutica)

ADD mil

Empregos indiretos em 5057



(SHVB)SF4R55

Pesquisas

Cliffini Cass

Para cada R\$ 1 Bi de produção da indústria farmacêutica, o efeito na economia é de:



R\$ 1,6 Bi de Valor Adicionado

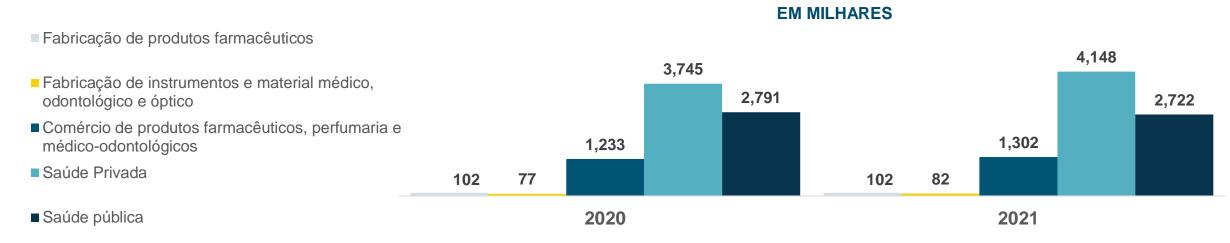
22 mil de Empregos





R\$ 799 MM em Remunerações

A saúde não apenas desempenha um papel vital no bem-estar da população, mas também se destaca como um motor significativo na geração de empregos no Brasil



Participação das atividades de saúde nas ocupações totais aumentou de 5,3% para 8,0% entre 2010 e 2021.

Saúde privada (4,1 milhões) e Saúde pública (2,7 milhões) são os setores com maior número de ocupações, seguidos pelo Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médicoodontológicos (1,3 milhões).

Crescimento de 59,8% nos postos de trabalho nas atividades de saúde de 2010 a 2021, comparado a um crescimento de 4,1% nas atividades não relacionadas à saúde.

Saúde privada registrou o maior aumento de ocupações (80,7%), seguida por Saúde pública (55,0%) e Fabricação de instrumentos e material médico, odontológico e óptico (36,8%).

Fonte: IBGE. Conta-Satélite de Saúde: Brasil 2010-2021

como a redução parcial de tributos garante a saúde dos brasileiros e a proteção do mercado nacional?

- A manutenção de uma **tributação parcial** sobre medicamentos no Brasil prioriza o desenvolvimento nacional e a proteção do mercado interno.
- A proposta de redução de tributos sobre medicamentos em 60% é uma solução equilibrada:
 preserva o mercado nacional e garante o investimento contínuo da indústria farmacêutica em
 inovação e produção local, promovendo a autossuficiência e minimizando a dependência de
 importações, o que também evita riscos de desabastecimento.
- A Constituição, no artigo 196, assegura o direito à saúde e ao acesso universal e igualitário. Dessa forma, a tributação parcial contribui para o equilíbrio fiscal, essencial para o financiamento das políticas públicas de saúde.
- A manutenção da redução parcial permite o financiamento de programas de saúde pública, garantindo o cumprimento dos objetivos constitucionais e o acesso a medicamentos pela população a um custo reduzido.

Obrigado!







